

Demissões começarão em 70 dias

Cargos vagos serão extintos. Funcionários podem ser colocados em disponibilidade

PATRÍCIA MOTTA

O GOVERNO começa a demitir os 33 mil funcionários públicos federais não estáveis em um prazo de 70 dias. De acordo com a medida provisória 1.595, publicada ontem, os cargos vagos poderão ser considerados desnecessários e extintos. Isso quer dizer que, para os servidores não estáveis, a demissão será imediata e servidores estáveis poderão ser colocados em disponibilidade. Ao considerar o cargo vago desnecessário, o Governo já estará se defendendo da enxurrada de contestações jurídicas por parte dos servidores demitidos e evitando mais despesas com ações trabalhistas.

De acordo com técnicos do Ministério da Administração Federal e Re-

forma do Estado, todos os 33 mil servidores a serem demitidos já estão definidos e mapeados, mas o Governo ainda irá confirmar com cada órgão para que injustiças ou demissões indevidas não aconteçam.

“Cada unidade pagadora dos órgãos públicos irão confirmar a não estabilidade do funcionário e depois eles ainda terão um prazo para se defender caso se considerem incluídos na lista de demissões injustamente. Dentro de 70 dias a lista dos funcionários que serão demitidos estará confirmada e será encaminhada para a Casa Civil”, informou um técnico do Ministério da Reforma do Estado.

Os critérios de impessoalidade para seleção dos funcionários a serem demitidos ainda estão sendo discuti-

dos pelo Governo e até o início da próxima semana poderão ser divulgados. Segundo Cláudia Costin, na definição dos critérios, o Governo irá preservar a continuidade do serviço prestado ao cidadão e não haverá demissões em cargos de atividades fins nas áreas de saúde, educação, assistência social e reforma agrária.

Fundações - Estão na mira do Governo funcionários públicos não estáveis (que entraram no funcionalismo sem concurso público entre os anos de 1983 e 1988) das áreas meio, como os Agentes Administrativos. As fundações e autarquias como da Fundação Nacional de Saúde, Fundação Nacional do Índio (Funai), Escola Nacional de Administração Pública (-Enap), Instituto do Patrimônio Histó-

rico e Artístico Nacional (Iphan) e a Fundação Roquette Pinto, são os primeiros órgãos alvos das demissões, anunciados pela secretária-executiva do Ministério da Administração, Cláudia Costin, nesta segunda-feira, no lançamento do pacote do Governo.

Segundo Cláudia Costin, a possibilidade de demitir todos os 55 mil servidores públicos não estáveis do Executivo foi descartada ontem, porque inviabilizaria o funcionamento do serviço público em alguns estados e órgãos e devido ao critério de impessoalidade que o Governo irá adotar para as demissões. “No estado de Roraima, por exemplo, os funcionários públicos representam 80% da população economicamente ativa do estado e, destes, 80% não são estáveis”, explicou Costin.

Arquivo



Cláudia Costin: continuidade